

FATORES QUE INFLUENCIAM A MORTALIDADE DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEIs)

Amanda Priscila Rodrigues de Souza¹

Allysson Barbosa Fernandes²

Patrícia Ponsiano Ricardo³

RESUMO

Os Microempreendedores Individuais (MEIs) representam um importante segmento para a economia brasileira, promovendo inclusão produtiva e geração de empregos. Apesar dos benefícios da formalização, a taxa de mortalidade desses empreendimentos permanece elevada, impactando negativamente o desenvolvimento local. O estudo busca compreender os principais fatores que levam à alta mortalidade dos MEIs no Ceará e propor estratégias que possam fortalecer a sustentabilidade desses negócios. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica. Foram analisados livros, artigos científicos, dissertações, teses e relatórios de instituições como Sebrae, IBGE e Ministério da Economia, com base em análise de conteúdo. Os achados apontam que a mortalidade dos MEIs decorre de fatores internos e externos, como ausência de planejamento estratégico, gestão financeira ineficaz, falta de capacitação, dificuldade de acesso ao crédito, burocracia e concorrência acirrada. Embora o regime MEI traga vantagens como simplificação tributária, emissão de notas fiscais e acesso a benefícios previdenciários, desafios persistem, sobretudo na expansão dos negócios e na adaptação às exigências do mercado digital. Conclui-se que a sustentabilidade dos MEIs depende de um esforço conjunto entre empreendedores, instituições financeiras, políticas públicas, além de investimentos em capacitação, ampliação do acesso a crédito, incentivo à inovação e suporte governamental, isso funcionaria como mecanismo para redução da taxa de mortalidade e fortaleceria a economia local.

Palavras-chave: Gestão. Microempreendedor Individual. Sustentabilidade Empresarial.

ABSTRACT

Individual Microentrepreneurs (MEIs) represent an important segment of the Brazilian economy, promoting productive inclusion and job creation. Despite the benefits of formalization, the mortality rate of these businesses remains high, negatively impacting local development. This study seeks to understand the main factors leading to the high mortality rate of MEIs in Ceará and propose strategies that can strengthen the sustainability of these businesses. The research is exploratory and qualitative, based on a literature review. Books, scientific articles, dissertations, theses, and reports from institutions such as Sebrae, IBGE, and the Ministry of Economy were analyzed using content analysis. The findings indicate that MEI mortality is due to internal and external factors, such as a lack of strategic planning, ineffective financial management, lack of training, difficulty accessing credit, bureaucracy, and fierce competition. Although the MEI regime offers advantages such as tax simplification, issuance of invoices, and access to social security benefits, challenges persist, especially in business

¹ Graduada em Administração (UniMB).

² Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura (UNAMA).

³ Especialista em Contabilidade e Gestão de Pessoas (UNIASSELVI).

expansion and adaptation to the demands of the digital market. It is concluded that the sustainability of MEIs depends on a joint effort between entrepreneurs, financial institutions, public policies, as well as investments in training, expanding access to credit, encouraging innovation and government support, this would function as a mechanism to reduce the mortality rate and strengthen the local economy.

Keywords: Management. Individual Microentrepreneur. Business Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

Os Microempreendedores Individuais (MEIs) desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Brasil, especialmente ao impulsionar a geração de empregos e dinamizar a economia local. No entanto, apesar do crescimento expressivo do número de MEIs nos últimos anos, uma parcela significativa desses empreendimentos não sobrevive além dos primeiros anos de atividade. O fechamento prematuro dessas microempresas não apenas impacta diretamente os empreendedores e suas famílias, mas também afeta a economia regional, reduzindo a oferta de empregos e limitando o potencial de desenvolvimento local.

Souza (2010) discorre sobre a informalidade no Brasil, destacando um levantamento realizado pelo IBGE em 2003, divulgado pelo SEBRAE em 2005. O relatório aponta que, naquele ano, havia mais de 10 milhões de trabalhadores informais no país, atuando principalmente no comércio (32,9%), na indústria (15,8%) e na prestação de serviços (51,3%). A pesquisa identificou dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores, como acesso a crédito e burocracia, e serviu de base para políticas públicas voltadas à formalização. Para enfrentar esse desafio, foi criado o Simples Nacional pela Lei Complementar nº 123/2006, visando simplificar a arrecadação de tributos para microempresas e empresas de pequeno porte. No entanto, a complexidade das regras manteve muitos empreendedores na informalidade. Como resposta, a Lei Complementar nº 128/2008 instituiu o Microempreendedor Individual (MEI), uma alternativa de formalização com menor carga tributária e menos burocracia.

O MEI conforme Souza (2010) foi concebido para trabalhadores autônomos que desejam legalizar suas atividades e usufruir de direitos antes restritos ao mercado formal, como acesso a crédito e benefícios previdenciários. Para se enquadrar como MEI, é necessário ter receita bruta anual de até R\$ 36.000,00 (valor da época), estar no Simples Nacional, atuar em atividades permitidas, não ter sócios nem filiais e contratar no máximo um empregado com salário mínimo ou piso da categoria. Dessa forma, a legislação estabelece um sistema de

recolhimento de tributos fixos mensais, simplificando as obrigações fiscais e permitindo que novos empreendedores ingressem no mercado formal com mais segurança. A formalização traz vantagens para os microempreendedores e contribui para a economia nacional, promovendo geração de empregos e desenvolvimento local.

Diante desse cenário, a pesquisa busca responder à seguinte problemática: quais são os principais fatores que influenciam a mortalidade dos MEIs e quais estratégias podem ser adotadas para garantir a sustentabilidade desses negócios? A fragilidade dos microempreendimentos pode estar associada a diversos desafios estruturais, como a falta de conhecimento em gestão financeira, dificuldades de acesso ao crédito, ausência de capacitação técnica e gerencial, pouca inovação e baixa competitividade no mercado. Além disso, a burocracia para a formalização e manutenção do negócio, a elevada carga tributária e a falta de suporte governamental dificultam ainda mais a permanência dos MEIs no mercado.

Partimos da hipótese de que a alta taxa de mortalidade dos MEIs está diretamente ligada à falta de planejamento e capacitação dos empreendedores, somada à dificuldade de acesso a recursos financeiros e ao desconhecimento das políticas públicas voltadas para esse segmento. Além disso, acreditamos que a adoção de estratégias como programas de capacitação empresarial, ampliação do acesso a crédito e incentivos governamentais pode contribuir significativamente para a redução da taxa de encerramento desses negócios e para a promoção da sustentabilidade dos microempreendimentos.

A importância deste estudo reside na necessidade de compreender as razões que levam os MEIs ao fechamento e de propor soluções que possam fortalecer a economia local, reduzir a informalidade e garantir maior estabilidade a esses empreendedores. Durante a pandemia de COVID-19, muitas pessoas recorreram ao empreendedorismo por necessidade, impulsionando o aumento do número de MEIs. No entanto, sem o devido preparo, muitos desses empreendedores enfrentaram dificuldades e encerraram suas atividades em pouco tempo, evidenciando a vulnerabilidade desse modelo de negócio. Dessa forma, é essencial identificar os desafios enfrentados pelos microempreendedores e propor ações que possam auxiliá-los na construção de negócios mais resilientes e sustentáveis.

Nosso objetivo geral é compreender os fatores determinantes que levam à alta taxa de mortalidade dos MEIs no Ceará, analisando os principais desafios enfrentados pelos empreendedores e propondo estratégias para aumentar a sustentabilidade desses negócios. Como objetivos específicos, buscamos: (i) compreender as estratégias existentes para reduzir a mortalidade dos microempreendedores; (ii) demonstrar o efeito do difícil acesso ao crédito e

suas consequências para os MEIs; e (iii) evidenciar os efeitos do fechamento dessas microempresas na economia local, especialmente na geração de empregos e renda.

Por meio desta pesquisa, esperamos contribuir para um maior entendimento dos desafios enfrentados pelos MEIs e para o desenvolvimento de políticas e estratégias que possam fortalecer esse setor. Acreditamos que, ao promover um ambiente mais favorável ao crescimento dos microempreendimentos, será possível reduzir os índices de mortalidade e garantir que esses pequenos negócios cumpram seu papel essencial na economia, proporcionando desenvolvimento e estabilidade financeira para milhares de empreendedores e suas comunidades.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Microempreendedor Individual (MEI) no Brasil

O estudo de Vitória e Meireles (2021) analisa os impactos da pandemia da COVID-19, destacando os números alarmantes de infecções e mortes no mundo e no Brasil. Para conter a disseminação do vírus, a OMS e órgãos governamentais implementaram medidas de isolamento social, que, apesar de necessárias para a saúde pública, trouxeram consequências econômicas severas. Em especial, micro e pequenas empresas foram gravemente afetadas, registrando uma queda de 64% no faturamento já na terceira semana de março de 2020, conforme dados do Sebrae.

Vitória e Meireles (2021) também discutem o perfil e a importância das micro e pequenas empresas (MPes) para a economia brasileira. O empreendedorismo é definido como um processo de inovação e geração de valor, impulsionado por entidades como o Sebrae e a SOFTEX desde a década de 1990. A formalização dos Microempreendedores Individuais (MEIs), regulamentada pela Lei nº 128/08, permitiu a regularização de milhões de trabalhadores, garantindo benefícios previdenciários e fiscais, como a isenção de impostos federais pelo Simples Nacional.

As MPes, segundo Vitória e Meireles (2021), desempenham um papel fundamental na economia, representando cerca de 60% dos empregos no Brasil, segundo o IBGE (2014). Além disso, em 2011, essas empresas contribuíram com 27% do valor adicionado nas atividades de comércio, serviços e indústria. Entre 2006 e 2016, a participação das MPes na geração de empregos formais cresceu, resultando na criação de mais de 5 milhões de postos de trabalho. Em 2017, as micro e pequenas empresas geraram 47,4 mil novas vagas, enquanto médias e

grandes companhias criaram apenas 12,5 mil. Esses dados evidenciam o impacto positivo das MPEs na economia nacional.

Em seus estudos Nunes (2013) aborda a economia popular como um sistema econômico alternativo, que emerge da necessidade de sobrevivência em contextos de recessão e desemprego. A economia, de forma geral, é um sistema que distribui recursos materiais e humanos para atender às necessidades da sociedade, respeitando princípios de equidade e sustentabilidade intergeracional. No entanto, quando há uma crise econômica, muitos trabalhadores migram para atividades informais, como serviços autônomos e pequenos comércios, buscando garantir sua subsistência.

Ainda conforme Nunes (2013) a economia popular, portanto, surge como uma resposta à exclusão do mercado formal. Microempreendedores autônomos, como ambulantes e diaristas, operam à margem da regulamentação estatal, sem registro ou proteção jurídica. Essa falta de formalização os coloca em situações de vulnerabilidade, dificultando o acesso a direitos e benefícios sociais. Embora a opção pelo trabalho autônomo possa ser uma escolha, a economia popular não deve ser confundida com um simples desejo de independência, pois ela se caracteriza principalmente pela falta de alternativas dentro do sistema capitalista.

Nessa perspectiva, as análises de Vitória e Meireles (2021), discorrem que o perfil e o papel das micro e pequenas empresas são fundamentais para a economia brasileira. O empreendedorismo, definido como a capacidade de inovar e criar valor em produtos ou serviços, exige dos empreendedores disposição para assumir riscos e explorar oportunidades de mercado. No Brasil, iniciativas como o Sebrae e a SOFTEX surgiram na década de 1990 para apoiar e formalizar empreendimentos, sendo o Microempreendedor Individual (MEI) um exemplo importante dessa formalização. A criação do MEI, a partir da Lei nº 128/08, permitiu a regularização de milhões de trabalhadores, garantindo-lhes direitos como aposentadoria, auxílio-doença e emissão de notas fiscais. Além disso, o regime do Simples Nacional proporciona benefícios tributários, isentando o MEI de impostos federais como IR, PIS, COFINS, IPI e CSLL. O limite de faturamento anual, que inicialmente era de R\$ 60 mil, foi ampliado para R\$ 81 mil em 2018.

Dessa forma, Nunes (2013) afirma que a informalidade no trabalho dos microempreendedores tem raízes sociais e econômicas profundas. A ausência de suporte estatal e o difícil acesso à formalização contribuem para a perpetuação desse cenário, tornando essencial a análise da informalidade tanto do ponto de vista sociológico quanto econômico.

Vitória e Meireles (2021), afirmam que as micro e pequenas empresas possuem um papel essencial na geração de empregos e no crescimento econômico, a partir de dados do IBGE e do Sebrae seu estudo demonstra que esses negócios são responsáveis por aproximadamente 60% dos empregos no país e representam a maior parte das empresas formalizadas nos setores de comércio e serviços. Em 2011, essas empresas geraram 27% do valor adicionado da economia, sendo que o setor de comércio e serviços representou 19%, enquanto a indústria correspondeu a 7,8%. Entre 2006 e 2016, o número de micro e pequenas empresas cresceu significativamente, aumentando a taxa de empregabilidade e contribuindo para a movimentação econômica. Em 2017, por exemplo, esses negócios criaram cerca de 47,4 mil vagas de emprego, superando as médias e grandes empresas. Dessa forma, os autores reafirmam que as micro e pequenas empresas são agentes essenciais para o desenvolvimento econômico, impulsionando a geração de renda, empregos e inovação no mercado nacional.

Nunes (2013) define a informalidade ou a chamada “economia subterrânea” como um fenômeno decorrente da ausência de acesso à formalidade registral, sobretudo antes da promulgação do Estatuto da Microempresa, que trouxe um tratamento diferenciado para os pequenos empreendedores. O autor afirma que a informalidade não se restringe a vendedores clandestinos ou ao não pagamento de tributos, mas reflete a falta de acesso das classes populares aos mecanismos legais e regulamentares e aponta duas causas para essa realidade: a ausência do papel do Estado ou sua interferência excessiva. Para ele, a economia informal surge como uma resposta espontânea à incapacidade estatal de garantir meios acessíveis à formalização.

Conforme Nunes (2013) os economistas, por sua vez, apresentam visões divergentes sobre o tema, dentre eles Vito Tanzi, o qual diferencia economia informal de economia subterrânea ao considerar que a primeira abrange atividades realizadas por indivíduos excluídos dos mecanismos formais, enquanto a segunda envolve a escolha deliberada de ocultar atividades do controle estatal para obter vantagens econômicas, como a evasão fiscal e o não cumprimento de normas trabalhistas. E Friedrich Schneider, que por outro lado, adota uma definição similar para ambas, ressaltando que a informalidade se caracteriza pelo não cumprimento proposital de obrigações fiscais e regulatórias.

Outro nome citado por Nunes (2013) é de Fernando de Holanda Barbosa Filho, o autor afirma que suas concepções reforçam a perspectiva de Friedrich Schneider, ao destacar que a informalidade se relaciona à busca pela economia de custos, na qual os indivíduos evitam encargos e restrições legais. No entanto, ele reconhece que há uma interseção significativa entre a economia subterrânea e a formal, tornando difícil a delimitação exata dessas categorias.

Assim, a informalidade pode ser entendida como um fenômeno complexo, influenciado tanto pela estrutura estatal quanto pelas estratégias individuais de adaptação às exigências do mercado.

2.2 Contexto Histórico e evolução do MEI no Brasil, Características e Perfil dos Microempreendedores Individuais

Este tópico apresentará a origem do conceito de MEI, sua regulamentação legal e a evolução das políticas públicas voltadas para os microempreendedores. Serão analisadas as leis e programas que incentivaram a formalização de pequenos negócios, destacando o impacto do Simples Nacional e da Lei Complementar nº 128/2008. Também analisaremos quem são os MEIs, quais setores mais predominam e os principais desafios enfrentados, como a gestão financeira, a falta de capacitação e o acesso a crédito.

Analisando os estudos de Oliveira (2017) e Silva e Soares (2023), verificamos que o surgimento e a evolução do Microempreendedor Individual (MEI) no Brasil estão diretamente ligados à necessidade de enfrentar a informalidade e à busca por mecanismos que favoreçam a inclusão produtiva. Historicamente, o país sempre apresentou altos índices de trabalho informal, resultado da dificuldade de acesso ao mercado formal, da burocracia e da carga tributária elevada. A criação do MEI, estabelecido pela Lei Complementar nº 128/2008, representou um marco significativo na política pública voltada para os pequenos empreendedores, permitindo que trabalhadores autônomos formalizassem seus negócios de maneira simplificada e com menor custo.

Antes da criação do MEI, segundo Oliveira (2017) as micro e pequenas empresas já recebiam um tratamento diferenciado por meio da Lei Complementar nº 123/2006, que instituiu o Simples Nacional, um regime tributário especial que unificava a arrecadação de tributos e simplificava obrigações fiscais. No entanto, essa legislação ainda não contemplava os trabalhadores informais de baixa renda que desempenhavam atividades econômicas sem qualquer proteção legal. Para atender a essa demanda, a Lei Complementar nº 128/2008 trouxe um regime ainda mais simplificado e acessível, permitindo que microempreendedores individuais formalizassem suas atividades com facilidade.

Silva e Soares (2023) trazem que a evolução do MEI pode ser observada em diversas fases. Inicialmente, a adesão foi gradual, mas ao longo dos anos, a simplificação do processo de registro e a ampliação dos benefícios resultaram em um crescimento exponencial do número de inscritos. Oliveira (2017) destaca que o programa trouxe impactos diretos no ordenamento

jurídico e na economia nacional, pois além de reduzir a informalidade, incentivou a cultura empreendedora e ampliou a base de arrecadação do Estado. Silva e Soares (2023), por sua vez, apontam que o MEI tem sido um dos principais mecanismos de formalização de pequenos negócios no Brasil, promovendo a geração de renda e contribuindo para a estabilidade econômica das famílias empreendedoras.

Nos últimos anos, conforme Silva e Soares (2023) ocorreram mudanças significativas no limite de faturamento permitido para os MEIs. Inicialmente fixado em R\$ 60.000,00 anuais, esse teto foi elevado para R\$ 81.000,00 a partir de 2018, permitindo que mais empreendedores permanecessem no regime. Outra evolução importante foi a digitalização dos processos burocráticos. A criação de plataformas online e a possibilidade de abertura e gestão do MEI de forma remota facilitaram ainda mais a adesão, tornando o modelo acessível a diferentes perfis de empreendedores.

Silva e Soares (2023) afirmam que os microempreendedores individuais no Brasil apresentam um perfil diversificado, abrangendo tanto aqueles que buscam empreender por oportunidade quanto aqueles que recorrem ao empreendedorismo por necessidade. Oliveira (2017) enfatiza que muitos trabalhadores que aderem ao MEI anteriormente estavam na informalidade, atuando como autônomos sem qualquer respaldo legal. Com a formalização, esses empreendedores passam a contar com benefícios como aposentadoria, auxílio-doença e licença-maternidade, além da possibilidade de emitir notas fiscais e acessar crédito facilitado.

Silva e Soares (2023) identificam algumas características comuns aos MEIs, como autonomia financeira, resiliência e capacidade de adaptação ao mercado. Além disso, grande parte dos microempreendedores atua em setores como comércio, serviços e indústria de pequeno porte, abrangendo atividades como costura, estética, alimentação e tecnologia. O estudo também aponta que a formalização permite que esses trabalhadores ampliem suas oportunidades de negócio, já que podem prestar serviços tanto para clientes individuais quanto para empresas públicas e privadas.

Outro aspecto relevante é a participação feminina no MEI. De acordo com Oliveira (2017) nos últimos anos, foi observado um aumento expressivo no número de mulheres empreendedoras, muitas das quais veem no MEI uma alternativa viável para equilibrar a vida profissional e familiar. Ele também tem desempenhado um papel importante na inclusão social, permitindo que pessoas de baixa renda tenham acesso a um modelo de negócio formal e sustentável.



(85) 9735-0188



@editoramacico



editora@centrounimb.edu.br



editoramacico.centrounimb.edu.br

No entanto, desafios ainda persistem. Oliveira (2017) ressalta que, apesar das vantagens, muitos microempreendedores enfrentam dificuldades na gestão financeira, na precificação de produtos e serviços e na expansão dos negócios. Silva e Soares (2023) destacam que a falta de conhecimento sobre tributação e obrigações fiscais pode levar ao endividamento e até mesmo ao cancelamento do CNPJ, caso os empreendedores não consigam manter os pagamentos em dia.

Para tanto, Oliveira (2017) e Silva e Soares (2023) possuem análises em comum quando discorrem que a trajetória do MEI no Brasil demonstra que o programa foi uma resposta eficaz à alta informalidade e à necessidade de simplificação tributária. Assim como, ao longo dos anos, o regime evoluiu, tornando-se uma alternativa viável para milhões de trabalhadores autônomos. Essa formalização, para os autores, trouxe benefícios importantes, como acesso à previdência social, emissão de notas fiscais e possibilidade de crescimento empresarial. Contudo, os desafios relacionados à gestão e ao cumprimento das obrigações fiscais ainda exigem políticas públicas complementares voltadas para a capacitação desses empreendedores.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e qualitativa, com ênfase na abordagem bibliográfica. Nosso objetivo é analisar os fatores que influenciam a mortalidade dos Microempreendedores Individuais (MEIs), utilizando como base estudos acadêmicos, artigos científicos, relatórios institucionais e dados estatísticos de fontes confiáveis.

De acordo com Sousa, Oliveira e Alves (2021), a pesquisa bibliográfica permite compreender um fenômeno a partir da produção teórica existente, auxiliando na construção do conhecimento científico ao reunir, analisar e interpretar contribuições de diferentes autores sobre um tema específico. Assim, adotamos essa abordagem para identificar as principais causas da mortalidade dos MEIs e as estratégias que podem contribuir para a sustentabilidade desses negócios.

A coleta de dados foi realizada por meio da revisão de literatura, englobando materiais previamente publicados, como livros, periódicos científicos, teses, dissertações e relatórios de instituições como o Sebrae, IBGE e Ministério da Economia. O critério de seleção das fontes priorizará estudos que abordem os desafios enfrentados pelos microempreendedores, com destaque para dificuldades na gestão financeira, acesso ao crédito, burocracia e impacto da carga tributária (Sousa, Oliveira e Alves, 2021),

A análise dos dados seguiu a abordagem qualitativa, fundamentada na técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Santos (2012). As informações coletadas serão organizadas em categorias temáticas, permitindo uma interpretação aprofundada dos fatores que levam ao encerramento das atividades dos MEIs.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilitará a sistematização do conhecimento sobre o tema, contribuindo para a identificação de soluções viáveis que possam minimizar a mortalidade dos microempreendimentos e fortalecer a economia local.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise de Matos (2017) e Ferreira (2023) foi possível compreender de forma holística, ao identificar benefícios e limitações do regime MEI, além dos principais fatores que contribuem para a mortalidade dos microempreendedores individuais. A formalização por meio do MEI trouxe avanços significativos para a economia brasileira, especialmente ao permitir o acesso a direitos previdenciários, crédito facilitado e um regime tributário simplificado. No entanto, desafios como a limitação de faturamento, a dificuldade de crescimento e a falta de capacitação gerencial representam obstáculos para a sustentabilidade desses negócios.

O MEI foi criado com o objetivo de formalizar trabalhadores autônomos e pequenos negócios que operavam na informalidade, garantindo-lhes benefícios previdenciários, como aposentadoria, auxílio-doença e licença-maternidade (MATOS, 2017). Além disso, o regime de tributação simplificada, com impostos unificados e de baixo custo, reduz a carga burocrática e torna a legalização acessível.

Outro benefício destacado é a facilidade de abertura e regularização do negócio, que pode ser feita online e sem custos adicionais. Essa simplificação proporciona um incentivo direto para que novos empreendedores ingressem no mercado formal (FERREIRA, 2023). Além disso, a obtenção de um CNPJ possibilita acesso a crédito e financiamento em instituições bancárias, facilitando investimentos e expansão dos negócios.

A possibilidade de emissão de notas fiscais amplia as oportunidades de negócio, permitindo que o MEI estabeleça parcerias com empresas e fornecedores formais, aumentando sua credibilidade no mercado (FERREIRA, 2023). Esses fatores contribuem para o crescimento da formalização e o fortalecimento da economia local.



Apesar dos benefícios, o regime MEI apresenta desafios estruturais que podem dificultar a longevidade dos negócios. Uma das principais limitações apontadas é o teto de faturamento anual, que restringe o crescimento dos microempreendedores. Ao ultrapassarem esse limite, os MEIs precisam migrar para outras categorias empresariais, como microempresas (ME), o que implica maior carga tributária e burocracia (MATOS, 2017).

Outro fator crítico é o acesso ao crédito. Embora a formalização facilite esse processo, muitos microempreendedores enfrentam dificuldades devido à falta de garantias e ao histórico financeiro limitado. A análise de crédito das instituições bancárias frequentemente se torna um entrave para a obtenção de empréstimos, o que compromete a capacidade de investimento e expansão dos negócios (FERREIRA, 2023).

Além disso, a ausência de capacitação gerencial e financeira é um dos principais desafios para os MEIs. Muitos empreendedores não possuem conhecimento sobre gestão financeira, planejamento estratégico e controle de fluxo de caixa, o que leva a falhas na administração do negócio e dificulta sua sustentabilidade (FERREIRA, 2023). Embora existam iniciativas do SEBRAE e outras instituições voltadas para a capacitação, nem todos os microempreendedores acessam essas oportunidades, seja por falta de tempo ou desconhecimento.

Outro aspecto relevante é a baixa contribuição previdenciária do MEI, que resulta em benefícios reduzidos no futuro. A aposentadoria e demais auxílios previdenciários tendem a ser proporcionalmente menores, o que pode gerar insegurança financeira para o microempreendedor no longo prazo (FERREIRA, 2023).

A taxa de mortalidade dos MEIs está diretamente relacionada a um conjunto de fatores internos e externos que afetam a viabilidade dos negócios. Matos (2017) aponta que a ausência de planejamento prévio é um dos principais motivos para o fechamento precoce dessas empresas. Muitos empreendedores iniciam suas atividades sem um estudo de mercado adequado, sem definir um público-alvo e sem calcular corretamente seus custos e preços, o que compromete sua competitividade.

A falta de controle financeiro também é um fator determinante. Muitos microempreendedores não separam suas finanças pessoais das empresariais, dificultando a análise da rentabilidade do negócio. Além disso, a ausência de capital de giro impacta diretamente a sustentabilidade do empreendimento, uma vez que muitos MEIs dependem exclusivamente das vendas diárias para cobrir seus custos fixos (FERREIRA, 2023).



Outro aspecto relevante é a concorrência acirrada em setores saturados. A falta de inovação e diferenciação faz com que muitos microempreendedores não consigam se destacar no mercado, sendo rapidamente superados por concorrentes mais estruturados. Além disso, a baixa utilização de ferramentas digitais para promoção e vendas limita o alcance e crescimento dos negócios (MATOS, 2017).

A burocracia também se apresenta como um entrave significativo. Apesar da simplificação oferecida pelo MEI, muitos empreendedores enfrentam dificuldades para lidar com obrigações fiscais e administrativas, como a emissão de notas fiscais e o pagamento correto dos tributos. O desconhecimento sobre essas obrigações pode levar a multas e até ao cancelamento do CNPJ (FERREIRA, 2023).

A dificuldade de acesso ao crédito é outro fator que contribui para a mortalidade dos MEIs. Muitos microempreendedores enfrentam barreiras para obter financiamentos devido à falta de garantias e ao histórico de crédito limitado. Como alternativa, recorrem a empréstimos informais ou ao uso de cartões de crédito pessoais, o que pode resultar em endividamento elevado e, conseqüentemente, no encerramento do negócio (BRAUN et al., 2018).

Por fim, a transição do MEI para outras categorias empresariais pode ser um desafio para aqueles que ultrapassam o limite de faturamento. O aumento da carga tributária e das obrigações contábeis leva muitos empreendedores a optarem pela informalidade ou a manterem seus rendimentos artificialmente dentro do limite permitido para evitar custos adicionais (FERREIRA, 2023).

A análise dos resultados evidencia que, embora o regime MEI tenha sido um grande avanço para a formalização de pequenos negócios no Brasil, sua sustentabilidade depende de uma série de fatores. A falta de planejamento, a ausência de capacitação gerencial, as dificuldades de acesso a crédito e a concorrência acirrada são desafios significativos para os microempreendedores individuais.

Para reduzir a taxa de mortalidade dos MEIs, é fundamental investir em capacitação empreendedora, ampliar o acesso a crédito e promover políticas públicas que incentivem a inovação e a digitalização dos negócios. Além disso, um suporte técnico mais abrangente pode contribuir para a maior longevidade desses empreendimentos, fortalecendo a economia e promovendo o desenvolvimento sustentável do setor.

Portanto, torna-se essencial que os microempreendedores desenvolvam uma visão estratégica para identificar os desafios e buscar soluções que garantam a perenidade de seus

negócios, minimizando os riscos de fechamento precoce e promovendo impactos positivos na economia local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Microempreendedores Individuais (MEIs) têm desempenhado um papel fundamental na economia brasileira, pois atuam promovendo inclusão produtiva, geração de empregos e dinamização do mercado local. Entretanto, apesar das inúmeras vantagens proporcionadas pela formalização, como acesso a direitos previdenciários, possibilidade de emissão de notas fiscais e tributação simplificada, a taxa de mortalidade desses negócios ainda é elevada. A presente pesquisa demonstrou que essa fragilidade está associada a uma combinação de fatores internos e externos que impactam diretamente a sustentabilidade dos empreendimentos.

Dentre os fatores internos, destacam-se a falta de planejamento estratégico antes da abertura do negócio, a gestão financeira ineficaz e a ausência de capacitação empreendedora. Muitos MEIs iniciam suas atividades sem uma análise detalhada do mercado, sem definição clara do público-alvo e sem um plano financeiro estruturado, o que compromete sua competitividade e longevidade. Além disso, a falta de separação entre as finanças pessoais e empresariais e a dificuldade em manter um controle financeiro adequado resultam em problemas de fluxo de caixa e endividamento, levando muitos microempreendedores ao encerramento precoce de suas atividades.

Por outro lado, os fatores externos também impõem desafios significativos. A burocracia, apesar de reduzida no regime MEI, ainda apresenta entraves para alguns empreendedores, especialmente em relação ao cumprimento de obrigações fiscais e à falta de conhecimento sobre os tributos devidos. O acesso ao crédito também se mostra um obstáculo, uma vez que muitos microempreendedores enfrentam dificuldades para obter financiamento em instituições bancárias devido à falta de garantias ou ao histórico financeiro limitado. Como alternativa, recorrem a empréstimos informais ou a cartões de crédito com juros elevados, o que pode agravar sua situação financeira.

Outro ponto relevante é a concorrência acirrada. A saturação de determinados setores e a ausência de diferenciação estratégica tornam difícil a permanência dos MEIs no mercado. Em muitos casos, a falta de inovação e a ausência de estratégias de marketing digital limitam o crescimento dos negócios, que acabam sendo superados por concorrentes mais estruturados. O



(85) 9735-0188



@editoramacico



editora@centrounimb.edu.br



editoramacico.centrounimb.edu.br

avanço da digitalização também impõe um novo desafio aos microempreendedores, que precisam adaptar-se às mudanças no comportamento do consumidor e às novas dinâmicas do mercado digital.

A limitação de faturamento do MEI é outro fator que impacta a sustentabilidade dos negócios. Muitos microempreendedores enfrentam dificuldades ao atingir o teto de faturamento permitido, pois a migração para outras categorias empresariais, como a Microempresa (ME), implica um aumento expressivo na carga tributária e nas obrigações contábeis. Esse cenário leva alguns empreendedores a manter seus rendimentos artificiais dentro do limite estabelecido, comprometendo seu potencial de crescimento, ou a retornar à informalidade para evitar encargos mais elevados.

Diante desse panorama, torna-se essencial a implementação de medidas que possam mitigar os desafios enfrentados pelos MEIs e reduzir sua taxa de mortalidade. Investir em capacitação empreendedora é um dos principais caminhos para fortalecer a gestão dos microempreendedores, proporcionando conhecimentos sobre administração financeira, estratégias de precificação, marketing digital e inovação. Programas voltados para a educação financeira e empresarial podem preparar melhor os empreendedores para enfrentar as dificuldades do mercado e tomar decisões mais assertivas.

Além disso, é necessário que as instituições financeiras ampliem e flexibilizem as condições de acesso ao crédito para os microempreendedores, reduzindo a burocracia e oferecendo taxas mais acessíveis. A criação de linhas de financiamento específicas para MEIs, aliadas a programas de orientação sobre o uso adequado do crédito, pode contribuir significativamente para a sustentabilidade desses negócios.

As políticas públicas também desempenham um papel crucial nesse processo. O fortalecimento de iniciativas governamentais voltadas para o suporte aos MEIs, como consultorias gratuitas, programas de mentoria e incentivos fiscais, pode facilitar a manutenção e o crescimento dos microempreendimentos. A modernização das regulamentações tributárias também é necessária para garantir que o regime MEI continue sendo uma alternativa viável para os pequenos empreendedores sem criar barreiras excessivas à expansão dos negócios.

Por fim, conclui-se que mesmo com a simplificação do regime do microempreendedor individual (MEI), ainda não é o suficiente para a longevidade dos microempreendedores no mercado, para estudos futuros se faz necessário a realização de entrevistas, aplicações de questionários com os microempreendedores, buscando se aprofundar mais ainda nas percepções e experiências reais das causas que levam a mortalidade desses microempreendedores e falar

sobre a sua importância para economia local e nacional, que vem gerando fonte de renda e empregos, os limites identificados abrem esse espaço para se aprofundar mais nesse estudo e ajudar muitos desses negócios que enfrentam esses problemas.

Por fim, conclui-se que, embora o MEI represente um avanço significativo na formalização de pequenos negócios no Brasil, sua sustentabilidade depende de um esforço conjunto entre empreendedores, instituições financeiras e políticas públicas. A adoção de estratégias de capacitação, inovação e acesso facilitado a crédito pode reduzir a taxa de mortalidade dos MEIs e fortalecer o setor, promovendo maior desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, os microempreendedores terão melhores condições para consolidar seus negócios, gerar emprego e contribuir de maneira mais efetiva para a economia do país.



(85) 9735-0188



@editoramacico



editora@centrouimb.edu.br



editoramacico.centrouimb.edu.br

REFERÊNCIAS

FERREIRA, G. A. C. **Fatores que levam a falência de micro e pequenas empresas em seus primeiros anos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 32. 2023.

MATOS, W. de A. Educação empreendedora: sua importância como fator de redução da mortalidade precoce das micro e pequenas empresas. **Revista Educação - UNG - Ser**, v. 12, n. 2, p. 24-30, 2017.

NUNES, C. R. P. Análise do desenvolvimento da formalização do microempreendedor individual - MEI e qual o impacto em suas relações negociais no Brasil. **Scientia Iuris**, v. 17, n. 2, p. 29-54, 2013.

OLIVEIRA, G. F. G. de. **Direito e desenvolvimento no Brasil**: um estudo sobre o microempreendedor individual. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 178. 2017.

SANTOS, F. M. dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 1, p. 383-387, 2012.

SILVA, G. J. G. da; SOARES, T. A. da S. Vantagens da formalização do microempreendedor. **Revista Campo do Saber**, v. 9, n. 2, p. 131-149, 2023.

SOUSA, A. S. de; OLIVEIRA, G. S. de; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

SOUZA, D. M. **Os principais benefícios proporcionados ao trabalhador informal para formalização através do Microempreendedor Individual**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 95. 2010.

VITÓRIA, M. de F. C.; MEIRELES, E. O microempreendedor em tempos de pandemia: uma análise do impacto econômico em cenário de crise. **Brazilian Applied Science Review**, v. 5, n. 1, p. 313-327, 2021.



(85) 9735-0188



@editoramacico



editora@centrouimb.edu.br



editoramacico.centrouimb.edu.br